

Dom Lourenço Vicente

Percursos em torno de um Arcebispo
em tempos de mudança



COORDENAÇÃO CIENTÍFICA:
JOÃO LUIS FONTES | MARIA FILOMENA ANDRADE
NATÁLIA ALBINO PIRES | TERESA FARIA DE SOUSA



ARBITRAGEM CIENTÍFICA

Ana Paiva Morais
António Camões Gouveia
Bernardo Vasconcelos e Sousa
Carlos F. Clamote Carreto
Filipe Alves Moreira
João Gouveia Monteiro
Hermínia Vasconcelos Vilar
Luís Filipe Oliveira
Manuel Sílvio Alves Conde
Miguel Gomes Martins

TÍTULO

Dom Lourenço Vicente: Percursos em torno
de um Arcebispo em tempos de mudança

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

João Luís Fontes, Maria Filomena Andrade,
Natália Albino Pires e Teresa Faria de Sousa

EDIÇÃO

Centro de Estudos Históricos da Lourinhã
Câmara Municipal da Lourinhã

IMAGEM DE CAPA

Banquete oferecido por D. João I ao Duque
de Lancastre, em Ponte do Mouro.
In Jehan de WAVRIN – *Anciennes et nouvelles
chroniques d'Angleterre* [c. 1460-1470] (Londres,
British Library, Royal MS 14 E IV, fl. 244v).

ISBN

978-989-95787-8-4

Nº DL

524718/23

PAGINAÇÃO E EXECUÇÃO

Estúdio Ana Martins

REVISÃO

João Luís Fontes, Maria Filomena Andrade
e Natália Albino Pires

1ª EDIÇÃO

Lourinhã, dezembro 2023

Textos selecionados dos Colóquios
"D. Lourenço Vicente: Um Arcebispo
em Tempo de Mudança" e
"D. Lourenço Vicente: Memória(s)
e Representações", promovidos pelo
Centro de Estudos Históricos da
Lourinhã em colaboração com o
Instituto Alexandre Herculano (FL-UL),
o Centro de Estudos de História
Religiosa (UCP-CEHR), o Instituto
de Estudos Medievais (NOVA-FCSH)
e o Instituto de Estudos de Literatura
Tradicional (NOVA FCSH) (Lourinhã,
Auditório do Centro Cultural Dr. Afonso
Rodrigues Pereira, 18 de Novembro
de 2017 e 17 de Novembro de 2018).
Integraram a comissão organizadora
João Luís Fontes, Maria Cândida
Ferreira Pereira, Maria Filomena
Andrade, Mário Farelo, Natália Albino
Pires, Pedro Gomes Barbosa
e Teresa Faria de Sousa.

Índice

- 7 Introdução
- D. Lourenço, um prelado ao serviço do rei
- 15 **Um Arcebispo para um novo reino**
Margarida Garcez Ventura
- D. Lourenço, senhor da Lourinhã
- 23 **Lourinhã, senhorio de D. Lourenço Vicente**
Manuela Santos Silva
- 43 **Vivências religiosas na paróquia da Lourinhã no Antigo Regime
(séculos XVI-XVIII)**
M^a dos Anjos dos Santos Fernandes Luís
- D. Lourenço, reformador e arcebispo
- 53 **O arcebispo, o abade e o Grande Cisma. A história de um (des)encontro
no mosteiro de Santa Maria de Alcobaça em 1385**
Mário Farelo
- 83 **D. Lourenço Vicente e a Lourinhã**
José Marques
- Memórias e Representações
- 107 **D. Lourenço Vicente nas Crónicas de Fernão Lopes:
retrato de um homem estratega e apaixonado**
Isabel Barros Dias
- 127 **Representações literárias de D. Lourenço Vicente: a construção
de uma identidade coletiva**
Natália Albino Pires
- 141 **D. Lourenço Vicente: presenças e ausências heráldicas**
Miguel Metelo Seixas / João António Portugal
- 159 Imagens

D. Lourenço Vicente nas Crónicas de Fernão Lopes:

Retrato de um homem estrategico e apaixonado ¹

ISABEL BARROS DIAS

ORCID: 0000-0003-3479-6660

Universidade Aberta / Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (NOVA-FCSH) / Instituto de Estudos Medievais (NOVA-FCSH)
isabel.dias@uab.pt

Resumo

Fazendo por vezes trio com o rei D. João I e o condestável D. Nuno Álvares Pereira, D. Lourenço Vicente é o arcebispo primaz de Braga, o primeiro entre os prelados presentes nas Cortes de Coimbra, onde a segunda dinastia portuguesa teve início. O retrato que Fernão Lopes nos dá de D. Lourenço Vicente mostra-nos um homem determinado que terá vivido plenamente as convulsões do seu tempo, tanto no interior do reino (final da primeira dinastia e início da segunda), como externamente (relações com Inglaterra e com Castela e grande cisma). Crónicas subsequentes também veiculam retratos deste prelado. Recorrem, sobretudo, a informações existentes na obra de Fernão Lopes, mas não deixam de acrescentar elementos novos, mostrando como épocas e autores diferentes viram este arcebispo.

Palavras-Chave: D. Lourenço Vicente; Grande Cisma; Fernão Lopes - *Crónica de D. João I*; D. Rodrigo da Cunha - *História eclesiástica*; Frei Manuel dos Santos - *Monarquia Lusitana*.

Abstract:

Sometimes making a trio with King João I and his general D. Nuno Álvares Pereira, D. Lourenço Vicente is the primate Archbishop of Braga, the first among the prelates in the 'Cortes de Coimbra', where the second Portuguese dynasty began. The portrait that Fernão Lopes provides of D. Lourenço Vicente shows us a determined man who has fully lived the convulsions of his time, both inside the kingdom (the end of the first dynasty and the beginning of the second) and outside (relations with England and Castile, and the Great Schism). Subsequent chronicles also convey portraits of this prelate. They use mainly information existing in the work of Fernão Lopes, but they do not fail to add new elements, showing how different times and authors have seen this Archbishop.

Keywords: D. Lourenço Vicente; Great Schism; Fernão Lopes - *Crónica de D. João I*; D. Rodrigo da Cunha - *História eclesiástica*; Frei Manuel dos Santos - *Monarquia Lusitana*.

¹ No início deste artigo, impõem-se três agradecimentos: à comissão organizadora do encontro "D. Lourenço Vicente: Memória(s) e Representações", que teve lugar na Lourinhã, em novembro de 2018, que teve a amabilidade de me convidar a participar e a debater pontos de vista sobre esta personagem; a Natália Albino Pires que, generosamente, me facultou os trabalhos que ela própria já realizara sobre D. Lourenço Vicente e a Mário Costa, elemento da equipa de edição da I Parte da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, que me identificou as passagens onde D. Lourenço Vicente era referido. Independentemente de estes dados depois terem tido de ser triados, tratou-se de uma base de trabalho preciosa.

D. Lourenço Vicente, nas *Crônicas* de Fernão Lopes², é, indiscutivelmente, uma figura importante. Assim, com base nesta e noutras narrativas, cronísticas e memorialísticas, procuraremos aproximar-nos do que será a memória que foi sendo construída a seu respeito. Na sequência dos estudos desenvolvidos por autores como Hayden White e, posteriormente, Gabrielle Spiegel³ sobre a escrita da História e suas implicações enquanto narrativa, não pretendemos identificar “realidades”, nem “verdades” sobre esta personagem. Tentaremos encontrar alguns pontos de vista reveladores de opções com implicações políticas e religiosas, posições estas que se destacam especialmente mediante uma abordagem comparativa que traga à colação diferentes textos, de diversos autores que escreveram em épocas distintas e com intenções diversificadas.

Ser arcebispo da diocese mais antiga do reino e primaz das Espanhas não é um cargo de somenos. Por conseguinte, o apoio de D. Lourenço Vicente à causa do Mestre de Avis terá sido especialmente significativo. Segundo Fernão Lopes, este arcebispo foi um dos primeiros apoiantes do futuro D. João I, integrando o seu primeiro conselho, logo após a morte do conde de Andeiro, quando o mestre temia pela sua vida e pensava fugir para Inglaterra, mas acabou por ficar, sendo feito regedor e defensor do reino:

2 No presente artigo foram usadas as seguintes edições da obra de Fernão Lopes, doravante indicadas de forma mais abreviada: Fernão Lopes – *Crónica de D. Fernando*. Ed. de Giuliano Macchi e Teresa Amado. Lisboa: IN-CM, 2004; Fernão Lopes – *Crónica de dom João I. Primeira parte*. Ed. de Teresa Amado com a colaboração de Ariadne Nunes, Carlota Pimenta e Mário Costa. Lisboa: IN-CM e CEC, 2017 e Fernão Lopes – *Crónica delRei dom João I de boa memória. Parte segunda*. Ed. de William Entwistle. Lisboa: IN-CM, 1968.

3 Hayden White – *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*. Baltimore & London: The Johns Hopkins University Press, 1975; Hayden White – *The Fiction of Narrative. Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007*. Ed. Robert Doran. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010; Gabrielle M. Spiegel – *Romancing the Past. The Rise of Vernacular Prose Historiography in Thirteenth-Century France*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1995; Gabrielle M. Spiegel – *The Past as Text. The Theory and Practice of Medieval Historiography*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.

E tomou pera seu conselho este doutor que dissemos [o doutor João das Regras], e dom Lourenço arcebispo de Braga, e Joam Afonso d'Azambuja que depois foi arcebispo de Lixboa e depois cardeal, e o doutor Martim Afonso que depois foi arcebispo de Braga, e Joam Gil, lecenceado em leis, e Lourenço Estevenz o moço, filho de Lourenço Estevenz, privado que foi delRei dom Pedro, e estes ambos por desembargadores do paço, e de seu conselho; e por vedores de sua fazenda, Joam Gil e Martim da Maia. (Lopes, *Cr. D. João I*, I Parte, cap. XXVII, p. 66)⁴

A sua dignidade eclesiástica estará também, por certo, subjacente ao facto do seu nome ser recorrente em enumerações relacionadas com momentos de grande importância, caso das cortes de Coimbra, onde ele é o primeiro dos eclesiásticos presentes:

Em esto chegou-se o dia em que haviam d'entrar às cortes. Nas quaes eram presentes estes prelados *scilicet* dom Lourenço arcebispo de Braga, dom Joam bispo de Lixboa, [...] (Lopes, *Cr. D. João I*, I Parte, cap. CLXXXII, p. 350)

Ou ainda no caso da lista dos que bem serviram o rei na batalha de Aljubarrota, mais concretamente no cap. XXXIX da II Parte (pp. 88-89) intitulado precisamente “Dos nomes dalguuns que com el-Rey de Portugall estauom, e quaaes delles fez cauall(eir)os” e onde o arcebispo é nomeado entre os demais combatentes:

Estauom com el [D. João I] estes boons e leaaes portugueses, posto que todos de tamanho estado e condiçom nom ffossem: saber, o muyto de louuar Nunalvarez Pereira e Aluoro Pereyra, marichal da hoste, [...] o arçebispo dom Lourenço, [...]. Destes e doutros que aquy nom som scprios foy el-Rey muy bem seruido,

4 D. Lourenço Vicente é ainda referido em outra enumeração dos conselheiros do rei: “E chamou esses de seu conselho, assi como o conde dom Gonçalo, e dom frei Alvaro Gonçalvez priol do Espital, e dom Lourenço arcebispo de Braga, e dom Joam bispo de Lixboa, e dom Pae de Meira bispo de Silves, e Nuno Alvarez Pereira, e Diego Lopez senhor de Ferreira, e o doutor Joam das Regras, e o doutor Martim Afonso, e outros assaz que aqui nom dizemos.” (Lopes, *Cr. D. João I*, I Parte, cap. CLIV, p. 295). Para além desta referência, e excluindo as passagens citadas em maior detalhe neste artigo, o arcebispo é nomeado em várias outras ocasiões, como aquando da confirmação da concessão de privilégios à cidade de Lisboa, em reconhecimento da sua resistência ao cerco pelo rei de Castela (II parte, cap. II, p. 7: “Da carta que el-Rey deu aa çidade de Lixboa por confirmaçom de seus boons priuillegios”), onde D. Lourenço Vicente é o primeiro dos prelados referidos: “[...] e outros muytos caualleiros e escudeiros, com o arcebispo de Bragaa, e com o bispo de Lixboa [...]” (II parte, cap. II, p. 8).

Subjacente a esta importância estará ainda a grande familiaridade que os textos dão a entender que D. Lourenço Vicente tinha com o Mestre de Avis, o que, até certo ponto, permite estabelecer um paralelismo com D. Nuno Álvares Pereira, se bem que, obviamente, o arcebispo não se possa comparar ao condestável, em termos de protagonismo efetivo, seja nas *Crónicas*⁵, seja na projeção que posteriormente um e outro tiveram. Em todo o caso, D. Lourenço Vicente fez parte do *petit comité* que rodeou o futuro D. João I, desde os seus primeiros tempos de regedor e defensor do reino. Aliás, é curioso verificar como esta ideia de um paralelismo foi acentuada e desconstruída em duas crónicas mais tardias. A primeira é a biografia laudatória de D. Rodrigo da Cunha, na intitulada *Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga*, de 1634⁶. Nesta obra, sublinha-se o paralelismo com o condestável, especialmente quando se relata a morte do arcebispo e se reporta a desolação do rei D. João I pelo sucedido:

ElRey D. Ioaõ de boa memoria fez tambẽ grande sẽtimento por sua morte, affirmando, q̃ jã lhe ficaua menos hũ olho, porq̃ os dous da sua cara, dezia elle, eraõ o Cõdestable D. Nuno Alures, & o Arcebispo D. Lourẽço.⁷

A segunda é a VIII Parte da *Monarquia Lusitana*, de Frei Manuel dos Santos, publicada em 1727⁸. Ao defender os direitos e prerrogativas de Alcobaça, o seu autor parece, em algumas ocasiões, diminuir outras instâncias eclesiásticas, como será o caso deste arcebispo (como se verá adiante em maior detalhe). Assim, encontramos nesta obra o seguinte paralelo invertido, na descrição do início da batalha de Aljubarrota:

Os Portuguezes, esforçandose quanto podiaõ, receberaõ a seus inimigos nas pontas das lanças, já desmontado, e diante da sua bandeira o invencível Condestavel D. Nuno, e tambem desmontado, e posto na rectaguarda o Arcebispo Primaz D. Lourenço com El-Rey.⁹

5 Ao protagonismo de D. Nuno Álvares Pereira na *Crónica de D. João I*, para além do seu próprio valor como líder militar e estratega, não será alheio o facto de a *Crónica do Condestabre* ter sido uma das principais fontes da crónica de Fernão Lopes. Sobre este assunto, ver Teresa Amado – *Fernão Lopes contador de História: sobre a Crónica de D. João I*. Lisboa: Estampa, 1991, que procede ao estudo comparativo, não só das personagens de D. João I e de D. Nuno, mas também das relações entre as duas crónicas.

6 D. Rodrigo da Cunha – *Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga, e Varões Illustres do Arcebispedo* (Segunda Parte). Braga: por Manoel Cardozo mercador de livros, 1634.

7 *Ibidem*, p. 207b.

8 Frei Manuel dos Santos – *Monarquia Lusitana*. Parte VIII. Lisboa: IN-CM, 2009 – fac-símile da ed. de 1727.

9 *Ibidem*, p. 762b.

Não podemos dizer que o facto de se encontrar na retaguarda do exército será um lugar particularmente desprestigiante, inclusivamente porque o arcebispo se encontra naquela posição em companhia do rei D. João I¹⁰. No entanto, trata-se de um lugar mais protegido, conseqüentemente, muito diferente do perigo que a dianteira do exército representaria, local onde se situa o condestável. Igualmente diferenciador é o facto de D. Nuno ser a única personagem que na passagem é qualificada laudatoriamente como “invencível”.

Em todo o caso, um ser humano, tal como uma personagem literária, não é só o cargo que ocupa, mas também, e muito, a sua personalidade e carácter. Assim, é importante que atentemos igualmente ao modo como esta vertente é retratada, sobretudo, por Fernão Lopes. Uma primeira característica a sublinhar é a estabilidade das opções políticas e religiosas de D. Lourenço Vicente. Este traço parece ser essencial para dotar a personagem do arcebispo de solidez e coerência, ajudando-nos a identificar permanências na instabilidade, ou seja, ajudando-nos a perceber a sua presença de primeira hora ao lado do Mestre de Avis, depois de ter pertencido ao conselho de D. Fernando. Assim, parece-nos significativa uma primeira aparição de D. Lourenço, ainda na *Crónica de D. Fernando*, que tem passado despercebida porque não existe uma indicação nominal, simplesmente uma referência ao cargo, “arcebispo de Braga”. Porém, pelas datas deduz-se que este arcebispo terá de ser D. Lourenço Vicente. A passagem reporta-se ao acordo de casamento que D. Fernando fez, prometendo a sua filha D. Beatriz ao filho do duque de Cambridge, o que ocorreu em 1380-81, época em que D. Lourenço já era, há vários anos, tanto elemento do conselho do rei D. Fernando (desde 1372), como arcebispo de Braga (nomeado em 1373). A importância da passagem reside no facto de situar, desde logo, o arcebispo de Braga nas suas duas opções de fundo em termos da política internacional, opções estas que parecem ter marcado a sua agenda ideológica e pautado a sua ação ao longo da vida: o apoio ao papa de Roma, que então já era Urbano VI (1318-1389; papa: 1378-1389), em sintonia com a Inglaterra:

Segundo ouvistes em seu logar, el-rrei dom Fernando tiinha declarado por aquell que sse chamava Clemente septimo, cuja parte favorizava el-rrei de França e el-rrei de Castella e algũus outros senhores. E quando os ingreses veherom, porquanto tiinham com o papa de Rroma Urbano sexto, nom ouviam missa de nẽhũu frade nem clerigo portuguees.

10 Na *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, refere-se que D. João se prepara para a batalha na retaguarda, confessando-se, comungando e recebendo a bênção do arcebispo, antes de discursar às tropas. Porém, quando a batalha tem início, D. Lourenço Vicente é apresentado a esforçar os combatentes (II Parte, cap. XLII, pp. 95-96), o que consiste numa imagem bastante diferente da que nos dá a passagem da *Monarquia Lusitana* citada.

Estonce disse o conde a el-rrei que ell viinha pera o servir e ajudar em sua guerra contra el-rrei de Castella, que era cismatico, teendo com hũu papa que estava em Avinhom; e que sse ell quiria que o Deus ajudasse em sua guerra, que desse a obediencia ao padre santo de Rroma, e que d'esta guisa lho enviava el-rrei seu senhor e padre dizer e todo o conselho de Ingraterra, porquanto eram certos que aquel era verdadeiro papa e outro nom; e ell disse que lhe prazia e outorgou de o fazer assi. E quando veo aos dezenove dias do mes d'agosto, na festa da degollaçom de Sam Joham Baptista, el-rrei dom Fernando, avendo maduro consselho com o arcebispo de Bragaa e outros leterados homẽes de seu rreino juramentados sobre hũua ostia sagrada na see cathedrall da dita cidade, pubricamente presente todo o poboo declarou Urbano sexto seer verdadeiro papa e outro nom; e isto presente os ingleses e muito outro poboo. E logo em esse dia a hora de terça esposou el-rrei sua filha a iffante dona Beatriz, per pallavras de presente, com Eduarte, filho do conde de Cambrig, moços muito pequenos (Lopes, *Cr. D. Fernando*, cap. CXXX, pp. 459-460).

D. Fernando foi um rei cuja política se pautou por alguma instabilidade a vários níveis, caso dos planos para o casamento da sua filha, D. Beatriz, e inerentes jogos de poderes e de alianças internacionais¹¹, bem como no que se refere a uma opção relativamente às divisões decorrentes do grande cisma do ocidente¹².

11 D. Beatriz (1373-c.1420), filha de D. Fernando e D. Leonor Teles foi, desde tenra idade, objeto de vários projetos matrimoniais, no quadro de diversas alianças políticas, ora com Castela (esponsais, primeiro, com Henrique, filho primogénito de D. Juan I de Castela, mais tarde com Fernando, também filho de Juan I, e futuro rei de Aragão), ora com Inglaterra (esponsais com Eduardo, filho de Edmundo de Langley, 1º conde de Cambridge e 1º duque de York). Finalmente, em 1383, é combinado e realizado o casamento entre D. Beatriz e o rei D. Juan I de Castela. O projeto de casamento / aliança com Inglaterra verificou-se num período de guerra aberta entre Portugal e Castela. Aliás, a aproximação entre Edmundo de Langley e o rei D. Fernando deu-se porque o duque de lorque comandava a frota que o seu pai, o rei Eduardo III de Inglaterra, enviara para ajudar o rei português aquando da terceira guerra fernandina contra Castela (1381-1382). Estas oscilações são significativas para o que aqui nos interessa na medida em que, em termos do grande cisma do ocidente, Castela e França apoiavam o papa de Avinhão, enquanto que a Inglaterra era favorável ao de Roma. Sobre a vida de D. Beatriz, ver César Oliveira Serrano – *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avis-Trastámara*. Santiago de Compostela: Cadernos de Estudios Gallegos – Anexo XXXV, 2005. Sobre os projetos matrimoniais e respetivos enquadramentos políticos e religiosos, ver os pontos I e II do livro.

12 Os anos 70 e 80 do séc. XIV foram o epicentro do grande cisma do ocidente. Os papas residiram em Avinhão desde Clemente V (papa entre 1305 e 1314) até Gregório XI (1370-1378). Este último volta a Roma em 1378, falecendo pouco depois. É então eleito, em Roma, o papa Urbano VI (1378-1389) e, em Avinhão, o antipapa Clemente VII (1378-1394). A posição de D. Fernando perante este quadro começou por uma primeira fase de neutralidade, tendo depois reconhecido o papa de Avinhão, ao que se seguiu a obediência ao papa de Roma, no quadro da aliança com Inglaterra. Sobre este assunto, ver: Júlio César Baptista – Portugal e o cisma do ocidente. *Lusitania Sacra*. 1 (1956), pp. 65-203 e, mais recentemente, Hermínia Vasconcelos Vilar – O cisma do ocidente e a Igreja portuguesa no dealbar do século XV. *História Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira Azevedo. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 328-333.

Já D. Lourenço Vicente não terá sido assim, uma vez que a posição que se deduz que terá tido neste conselho de D. Fernando coincide com as opções que o vemos ter junto de D. João I enquanto defensor do papado de Roma, contra Avinhão, alinhando com os ingleses, também apoiantes de Roma, e contra os castelhanos, apoiantes do antipapa cismático de Avinhão¹³.

É certo que Eduardo de Norwich (1373-1415), o noivo inglês escolhido para a Infanta D. Beatriz, era filho de Edmundo de Langley (1341-1402), 1º duque de Iorque e 1º Conde de Cambridge, por seu turno filho de Eduardo III de Inglaterra e de Filipa de Hainaut, fundador da casa de Iorque; enquanto que D. Filipa de Lencastre (1360-1415) era filha de João de Gante, 1º duque de Lencastre, por sua vez, também filho de Eduardo III de Inglaterra e de Filipa de Hainaut, mas fundador da casa de Lencastre, grande oponente da casa de Iorque na famosa guerra das rosas, pelo trono inglês¹⁴. Porém, o que notamos é a recorrência da figura de D. Lourenço Vicente quando o assunto é uma aliança com Inglaterra, independentemente das lutas internas pelo poder entre fações rivais deste reino.

Este alinhamento com Inglaterra pode parecer tanto mais curioso quanto nos é dito por D. Rodrigo da Cunha, primeiro biógrafo de D. Lourenço Vicente, na II parte da sua *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, que o percurso intelectual deste prelado foi feito, maioritariamente, em França e no norte de Itália:

Inclinouse de pequeno, às letras, & foi nelle taõ acezo o dezejo de saber, que o tirou da patria, & leou por Reynos estranhos, a fim de ouuir mestres famosos. Auiaos então de grande nome nas Vniuersidades de Mompelher, Tolosa, & París, onde continuou por alguns annos. Passou deposes a Italia, & em Bolonha foi discipulo de Baldo, aquelle famoso Iurisconsulto¹⁵.

13 Sobre o apoio de D. Lourenço Vicente ao papa de Roma, em oposição a D. Martinho, bispo de Silves e, depois, de Lisboa, defensor do papa de Avinhão, e respetivo antagonismo, ver Júlio César Baptista – Portugal e o cisma do ocidente, pp. 86-87 e 113-114. Ver também César Oliveira Serrano – *Beatriz de Portugal...*, pp. 74, 82, 96 e 235 sobre as opções políticas e religiosas de D. Lourenço Vicente. Em particular na p. 82 é referida a ausência de D. Lourenço Vicente das negociações com vista ao casamento de D. Beatriz com Juan I de Castela, provavelmente em virtude da sua opção de apoiar o papa de Roma.

14 Edmundo de Langley foi o fundador da casa de Iorque (representada por uma rosa branca), em oposição à casa de Lencastre, fundada pelo seu irmão, João de Gante, casado com Branca, filha do 1º duque de Lencastre (representada por uma rosa encarnada). Estas duas fações digladiaram-se durante décadas pela coroa inglesa.

15 D. Rodrigo da Cunha – *Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga...*, Segunda Parte, p. 194a.

No entanto, se recordarmos que D. Lourenço Vicente foi sagrado arcebispo pelo papa Gregório XI (papa entre 1370-1378), ou seja, o papa que abandonou Avinhão e voltou a Roma, pondo fim ao período denominado metaforicamente como “cativo babilónico” (expressão que mostra eloquentemente a situação dos papas sob o domínio dos reis de França), podemos colocar a hipótese de a simpatia que vemos D. Lourenço Vicente nutrir pelos ingleses ser fruto, mais do seu conhecimento dos franceses e do relacionamento destes com o papado, do que de uma especial empatia pelos ingleses. Acresce o facto de os ingleses serem apoiantes do papa de Roma, enquanto franceses e castelhanos apoiavam o de Avinhão. Assim, e dado o posicionamento destas peças no xadrez religioso e político da época, o facto de vermos D. Lourenço Vicente apoiar, primeiro um casamento com um elemento da casa de Iorque e depois com um da casa de Lencastre, bem como pertencer ao conselho de D. Fernando e, seguidamente, ao de D. João I, apesar de parecer, à primeira vista, como um sinal de inconstância, poderá não ser entendido como tal se considerarmos, como dominante, o apoio (e o reconhecimento) do arcebispo de Braga relativamente ao papa de Roma.

Assim, as opções externas de D. Lourenço Vicente, provavelmente, terão sido determinantes para as opções que tomou a nível interno, com destaque para o seu apoio a D. João I e ao seu enlace inglês, de que Fernão Lopes nos dá sobejo testemunho na II Parte da *Crónica de D. João I*¹⁶, relatando longamente como o Duque de Lencastre, João de Gante, e esposa (que, na altura, já não era Branca de Lencastre, que morrera em 1369, mas a sua segunda mulher, desde 1371, Constança, filha do rei Pedro I de Castela, o Cruel) vieram a Portugal e foi acertado o casamento de Filipa de Lencastre (filha de João de Gante e da sua primeira mulher, Branca de Lencastre) com o então já rei D. João I.

Depois das negociações do casamento, vemos D. Lourenço Vicente como um dos procuradores do rei em questões ou rituais do casamento:

El-Rey, como fora comcordado amtrellles, mandou outro dia seus procuradores aaquel moesteiro homde o Duque pousaua, saber: dom Louremço, arcebispo de Bragaa, e Vaasquo Martijnz de Mello o velho, e Joham Rodriguez de Saa com elles. E pasados ja tres dias que hij eram, aos homze de nouembro que dissemos, a senhora Rainha dona Costamça, presente el-Rey seu marido e a jffante dona Philipa sua filha e muitos fidalgos de sua casa, louuaram e aprouaram os trautos que dissemos por sy e por seus soçessores, quanto a cada huum pertença, fazendo juramento de os guardar, e firmes scprituras sobrello. (Lopes, *Cr. D. João I*, II Parte, cap. XCIV, p. 206)

16 Nomeadamente: II parte, do cap. LXXXII ao cap. CI.

Como acompanhante da noiva:

foy em tanto tragida muy homradamente de mandado de seu padre a jffante dona Philipa aa çidade do Porto, segundo dizemos que fora acordado. Omde foy recebida com gram festa e prazer, vimdo muyto acompanhada de jmgreses e portugueses, assy como monsyre Joham dOlamda, comdestabre do Duque, e Thomas Persy, almirante da frota, e Rricharte Burley, seu mariscall, e aquell dom Joham Goterez, bispo dAcres, e o arçebispo de Bragaa e Vasco Martijnz de Mello e Joam Rodriguez de Saa e outros que se alla foram; e pousou nos paços do bispo, que som muyto preto da See desse logar. (Lopes, *Cr. D. João I*, II Parte, cap. XCV, p. 206)

Aquando do casamento propriamente dito (II Parte, cap. XCVI, pp. 208-209 – “Como el-Rey fez voda com sua molher na çidade do Porto”), quando Fernão Lopes se espraia a narrar o ambiente de festa que se vive na cidade do Porto, vemos que é ainda D. Lourenço Vicente quem acompanha a noiva no caminho até à Sé, onde o bispo do Porto realiza o casamento:

Os moços dos cauallos leuauom as mais honradas pessoas que hij eram, e todos a pee muy bem coregidos. E o arçebispo leuaua a Rainha de redea. Deante hiam pipas e trombetas e doutros estormentos tanto que se nom podiam ouuir. Donas filhas dalgo e jssso mesmo da çidade cantauom himdo detras, como he costume de uodas. (Lopes, *Cr. D. João I*, II Parte, cap. XCVI, p. 209)

Na sequência da festa que se seguiu, como bastante conhecido, é um dos prelados que benze a cama dos noivos:

El-Rey se foy em tanto pera sua camara; e depois da çea ao seraão o arçebispo e outros prellados com muytas tochas açessas lhe bemçeram a cama daquellas bemçoões que a Igreja pera tal auto hordenou. E ficamdo el-Rey com sua molher, foram-sse os outros pera suas pousadas. (Lopes, *Cr. D. João I*, II Parte, cap. XCVI, p. 209)

Um pouco adiante ainda o voltamos a ver a acompanhar a agora já rainha:

Em esto amte que partissem, foy el-Rey e a Rainha çear huum dia com o Duque a(a) aldeia homde el e sua molher estauom, com os quaaes ouerom grande prazer. E depois comeo el-Rey e com a Rainha o Duque e Duquessa e muytos homrados de sua casa; e desque comerom e folgaram, espedio-se a Rainha de seu padre e della. E a cabo de dous dias se tornou pera Cojmbra, bem acompanhada do arcebispo de Bragaa e Gomçallo Mendez de Vaasconçellos e Diogo Lopez Pacheco e Joham Rodriguez de Saa, porque nom era bem saão, e outros fidalgos. E ally mandou el-Rey que esteuessem com ella doutores e prellados. (Lopes, *Cr. D. João I*, II Parte, cap. XCIX, p. 213)

Esta aliança terá marcado, até certo ponto, uma apoteose não só do rei D. João I, que se vê finalmente sedimentado nas suas funções reais, mas também de D. Lourenço Vicente, que parece aqui festejar a chegada a bom porto das suas opções políticas.

No entanto, até este momento, a vida não terá sido fácil para nenhum deles, dadas as dificuldades e desafios que tiveram de enfrentar. O arcebispo, apesar do seu protagonismo ser bastante relativo, também nos é apresentado por Fernão Lopes como um batalhador e um vencedor que atinge os seus objetivos graças a uma energia e uma paixão ferozes. Esta faceta é nitidamente visível em duas passagens da *Crónica de D. João I*: o episódio da construção das galés, já estudado em detalhe por Natália Albino Pires¹⁷, e o episódio da batalha de Aljubarrota.

O primeiro, o episódio das galés, é apresentado do seguinte modo na *Crónica de D. João I*:

Vendo o Mestre e os do seu conselho como elRei de Castela vinha com todo seu poder e a grande frota de naos e galés que mandava armar pera vinr sobre Lixboa, por lhe tapar o porto que nom fosse socorrida de

17 Natália Albino Pires - Do constructo literário da figura de D. Lourenço Vicente à (re)construção de uma identidade colectiva. Comunicação apresentada no VI SIMELP ("A União na diversidade"), simpósio 8 ("Identidades coletivas: fortalecimento e diluição") – texto inédito, gentilmente cedido pela autora, juntamente com: Natália Albino Pires – D. Lourenço Vicente, Primaz de Braga: entre a História, o Mito e a Lenda. In *Representações do Mito na História e na Literatura*. Org. de Ana Luísa Vilela, Elisa Nunes Esteves, Fábio Mário da Silva, Margarida Refoios. Évora: CEL-Universidade de Évora, 2014, pp. 151-162, um estudo de carácter mais amplo sobre a presença da figura do primaz de Braga em textos de diverso tipo.

mantimentos de nehũa parte, houverom seu acordo d'armar as naos e galés que havia na cidade, por estarem prestes se algũs poucos navios em tanto veessem, que lhe podessem embargar a vinda, e haver mantimentos desembargadamente da parte d'Alentejo, assi pera açalmamento da cidade, come por segurança dos que se pera ela vinham daquela parte em ajuda de sua defensom. E quando soubessem que a frota de Castela vinha poderosamente, que se iriam as naos e galés ao Porto e juntar-se-iam com as outras que lá estavom, e estonce vinriam todas juntamente pelejar com a frota de Castela.

E pera armar as galés foi dado encarrego a dom Lourenço, arcebispo que entom era de Braga, o qual o tomou muito de vontade, e começou logo de as mandar poer nos vasos e deitar agua. E tal aficamento e tantas gentes fazia juntar a este trabalho, que as mais delas foram deitadas às mãos na agua sem cabrestante. E ele andava pela cidade em cima dhũ cavallo, e duas cotas vestidas e o roxete em cima, e hũa lança na mão, o ferro sempre por deante.

E posto que os da cidade com bom desejo se oferecessem àquele trabalho, ainda os ele mais aficava, nom leixando nehũ de qualquer estado que fosse, em guisa que nom ficava clerigo nem frade, nem outra pessoa que todos ali nom fizesse chegar. E se lhe algũ dizia que era clerigo, e el respondia que assi era clerigo como ele; e o que lhe dezia que era frade, «E eu arcebispo que he melhor que frade», dizia ele. E tal aguça pôs em nas armar que em breves dias foram armadas doze galés, e veerom mais hũa galé e hũa galiota armadas do Algarve. E porque hi nom havia escudos e dardos, que se perderom nas armadas que fezera elRei dom Fernando, faziam escudos de leivas dos tonees, e serravam bordos e faziam dardos. (Lopes, *Cr. D. João I*, I Parte, cap. CX, p. 200)

No que se refere à sua prestação em Aljubarrota, podemos ver que, neste ponto do relato de Fernão Lopes, o arcebispo funciona como veículo de transmissão do aval divino ao rei guerreiro que vai vencer a batalha:

El-Rey jssom mesmo na reguarda hu estaua, [...] depois de ssua confissom muyto cedo feita, e recebido o ssanto sacramento e beençom do arcebispo, tomou deuotamente o sinal da ssanta cruz, poendo-a em seu

peito de cor vermelha, e mandou aos seus que assim o fizessem. E estonce, usando do costume de Judas Macabeo [...] começou desforçar os seus, dizendo a todos (Lopes, *Cr. D. João I*, II Parte, cap. XLII, p. 95).

O episódio apresenta-se como um caso de encenação de guerra, construído com base nos *topoi* tradicionais deste tipo de relatos¹⁸. Temos a descrição pormenorizada de rituais e aparatos que preparam e também legitimam a batalha que se sucederá. O arcebispo, dado o seu estatuto e dignidade, é peça fundamental, posto em cena e destacado por Fernão Lopes. Assim, só depois de se ter purificado junto da elite eclesiástica, é que o rei faz a sua arenga aos homens, esforçando-os para o combate, combate este no qual também o arcebispo não se nega a participar, como um prelado batalhador que se levanta contra os castelhanos, qualificados como cismáticos e descrentes, ou seja, temos aqui o argumento religioso, essencial para justificar o aval divino:

O arcebispo de Braga outrossy, sendo bem armado, aya ante sy a cruz de prata leuantada com que costumaua visitar as egrejas, e nom quedaua de prouer, andando huuns e os outros, esforçando e assoluendo todos, confirmando-lhe as perdoanças que o papa Urbano Sexto outorgaua contra os cismaticos, jncreeos, reuees aa Santa Igreja, dyzendo a todos que tanto que comesassem ferir nos emmygos, que fossem lembrados de dizer ameude: *Et Verbum caro factum est*. E alguuns simprezes jnorantes que esto nom emtemdiam, preguntauom que querja dizer aquello; e outros por sabor respondyam que querja dizer: *muy caro feito he este*. Verdade he, diziam elles, *mas prazera a Deus que o tornara oge de boom mercado*. (Lopes, *Cr. D. João I*, II Parte, cap. XLII, pp. 95-96)

18 Sem desconsiderar a antiguidade destes tópicos, limitamo-nos a referir aqui dois exemplos portugueses anteriores: por um lado, os acontecimentos e o comportamento de D. Afonso Henriques antes da batalha de Ourique (ver *Crónica de Portugal de 1419*. Ed. de Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998 – cap. 13 e 14) que nos trazem à memória os eventos prévios à batalha de Fazinas e as arengas de Fernão Gonzales (ver *Crónica de 1344*. Ed. de Luís Filipe Lindley Cintra. Vol. III. Lisboa: IN-CM, 1961, cap. CCCXXXVIII-CCCXLI - episódio este que, no entanto, deriva de versões castelhanas anteriores); por outro lado, a tradição da intervenção de eclesiásticos em combates – veja-se o papel do bispo de Lisboa, Soeiro Viegas, no poema sobre a conquista de Alcácer do Sal (ver Aires A. Nascimento - Poema de conquista: a tomada de Alcácer do Sal aos mouros (1217). In *Ler contra o tempo: condições dos textos na cultura portuguesa (recolha de estudos em hora de vésperas)*. Vol. I, Lisboa: CEC – FLUL, 2012, pp. 483-516).

Apesar do toque humorístico, a descrição de D. Lourenço que é aqui apresentada aproxima-o de outros elementos simultaneamente guerreiros e prelados ou santos, como, por exemplo, o arcebispo Turpin, na *Chanson de Roland*, ou, sobretudo, Santiago Matamouros quando, nas crónicas mais antigas, intervém contra os infiéis levando os seus exércitos à vitória, mostrando assim que não é só pastor, mas também guerreiro¹⁹.

A dimensão apaixonada de D. Lourenço Vicente, em articulação com algum humor (pelo menos, para os leitores dos dias de hoje, porque talvez a passagem não fosse humorística, mas temível, para um leitor coevo) transparece ainda numa passagem que se encontra em dois testemunhos específicos: o *Agiologio Lusitano*, de Jorge Cardoso²⁰ (1666 – tomo III) e a 8ª parte da *Monarchia Lusitana*, de Frei Manuel dos Santos (1727), sendo que este episódio não é referido por Fernão Lopes, nem por Duarte Nunes de Leão²¹ e D. Rodrigo da Cunha. A partir de Fernão Lopes, regra geral, as várias crónicas, reais ou eclesiásticas, que se referem a D. Lourenço Vicente copiam-se umas às outras, porém, por vezes, também omitem ou acrescentam episódios específicos. Por exemplo, o *Agiologio Lusitano* centra-se na descrição da descoberta do túmulo e do corpo incorrupto do

19 Sobre as aparições de Santiago Matamouros em crónicas anteriores, ver Isabel Barros Dias – Usos e percepções do tempo na historiografia do extremo ocidental da Península Ibérica (séc. XIV). In *Da Galiza a Timor. VIII Congresso Internacional da Associação Internacional de Lusitanistas - Santiago de Compostela, 18 a 23 de Julho de 2005*. Ed. de Carmen Villarino Pardo, Elias J. Torres Feijó e José Luís Rodríguez. Vol. II. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008, pp. 1393-1402, onde é tida em conta uma passagem cronística que atribui a este Santo a preocupação de ser considerado, não só pastor, mas também cavaleiro ajudador dos cristãos contra os mouros: “hũu bispo de Grecia [...] veeo ã romaria a Santiago. [...] ouvyo dizer [...] que Santiago parecia nas batalhas ã ajuda dos cristaãos come cavalleiro e que desbaratava os mouros. E elle, quando esto ouvyo, pesoulhe dello muyto e disse: - Amigos, nõ o chamedes cavalleiro, mas pastor! [...] adormeceu e, em dormindo, apareceolhe o apostollo Sanctiagio cõ hũas chaves ã sua mão e disselhe [...]: - Ostyano, tu teens por scarnho por que me chamõ cavalleiro e tu dizes que o nõ sãõ. Porẽ venho ora a ti por te mostrar, que nunca mais duvydes ã mynha cavallaria, ca saybas ben que eu sãõ cavalleiro de Jhesu Cristo, ajudador dos cristaãos contra os mouros. E, elle em dizendo esto, trouveronlhe hũu cavallo branco muy bõ. E o apostollo Sanctiagio cavalgou ã elle muy bem armado de todas armas que avya mester, muy fermosas a maravyilha, e disselhe como querya hyr ajudar el rey dõ Fernando que jazia sobre Coymbra sete annos avya. «E, por que sejas mais certo do que te digo, com estas chaves que tenho ã esta mão abrirei eu cras as portas de Coymbra aa ora de terça e dalla ey a el rey dom Fernando».” (*Crónica de 1344, ed. cit.*, vol. III, p. 314 – note-se que também este episódio deriva da historiografia castelhana anterior). A apresentação do arcebispo D. Lourenço Vicente como pastor e guerreiro poderá ecoar esta faceta do santo padroeiro das Espanhas. A característica surge de modo particularmente nítido na obra de D. Rodrigo da Cunha: “Apos as acçoẽs de bom pastor, passou o Arcebispo as de bom caualeiro” (*Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga...*, Segunda Parte, p. 203a-b).

20 Jorge Cardoso – *Agiologio Lvsitano dos Sanctos, e Varoes illvstres em virtude do Reino de Portugal [...]*. Tomo III – *Que compreende os dous meses de Maio, & Junho, Com seus Commentarios*. Lisboa, na officina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666 - nesta obra, a história de D. Lourenço Vicente é apresentada no dia 4 de Junho - pp. 533-536 e 539-543.

21 [Duarte Nunes de Leão] - *Cronicas DelRey Dõ loam de gloriosa memoria [...]*. Tiradas a luz por ordem de dom Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa. Lisboa: por Antonio Aluarez Impressor, 1643. O facto de a crónica de Duarte Nunes de Leão ter sido publicada em 1643 por ordem de D. Rodrigo da Cunha, então arcebispo de Lisboa, poderá justificar as coincidências entre esta obra e a *Historia Ecclesiastica*.

arcebispo e dá detalhes inesperados, como a informação de que D. Lourenço Vicente se teria chamado Lançarote Vicente antes de ser sacerdote²². É ainda aqui que temos, pela primeira vez, notícia de um desaguisado que teria ocorrido entre o arcebispo e o abade de Alcobaça:

E tendo noticia que o Abbade de Alcobaça D. João Dornellas auia dado mil, & quatrocentas cargas de pão, a elRei de Castella, se foi là pedirlhe mantimentos, & não lhos querendo dar, fazendose forte no Castello daquela villa, que estaua por elle, o excomungou pelas letras da Abbadia, que não tinha pago, vzando dos poderes de Colleitor, cujo officio auia annos que exercitaua neste Reino, declarandoo por scismatico, i excomungado, pois déra mantimētos a quẽ seguia o Antipapa, como se acha em papeis originaes de Alcobaça.²³

Quase em tom de “direito de resposta”, encontramos a mesma história reportada na *Monarquia Lusitana* que é, não só uma história oficial do reino, mas também a magna obra historiográfica produzida no Mosteiro de Alcobaça, obviamente parcialmente aos interesses desta instituição. Assim, e apesar de esta obra beber sobretudo em Fernão Lopes²⁴, a dada altura insere o seguinte episódio, onde D. Lourenço Vicente é retratado sob um ponto de vista menos favorável, como alguém colérico e movido por interesses mais materiais. Neste relato, o arcebispo parte para as cortes de Coimbra antes de D. João e, de caminho, decide parar em Alcobaça a fim de recolher rendas, como a *anata*...

22 Jorge Cardoso – *Agiologio Lvsitano...*, tomo III, p. 539.

23 *Ibidem*, p. 541a.

24 Cf. Frei Manuel dos Santos – *Monarquia Lusitana*. Parte VIII. Lisboa: IN-CM, 2009 – fac-símile da ed. de 1727. Independentemente de algumas modificações pontuais de acrescentos ou supressões, existem múltiplos episódios coincidentes com os relatos da *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes, como o facto de o arcebispo ser do conselho do Mestre de Avis (p. 479b), o episódio das naus (p. 531b), a sua presença nas Cortes de Coimbra, onde é o primeiro dos eclesiásticos referidos (p. 646a), o aconselhamento dado ao rei a que aproveitasse a discórdia existente em Guimarães para tomar a cidade (p. 708-9), o seu papel de intercessor (p. 720a), de primaz que abençoa (p. 745b), a indicação da sua presença em batalha (p. 748b) ou ainda o seu empenho a esforçar os combatentes na batalha de Aljubarrota (p. 761a). Como exemplos de casos em que se verificam acrescentos, veja-se: a inserção do nome do arcebispo como tendo sido o primeiro a beijar a mão ao mestre de Avis, então feito regedor do reino, ao que se soma ainda a inserção de múltiplos outros nomes (p. 614a), quando a apresentação do mesmo episódio em Fernão Lopes é muito mais parca em nomes (Lopes, *Cr. D. João I*, I Parte, cap. CLIV, p. 295); o episódio do embate contra o abade do mosteiro de Alcobaça (p. 640-41); a indicação da doação da vila da Lourinhã ao arcebispo: “Nos mesmos dias, e Cidade [Porto, 28 de abril da era de 1423] fez mais as merces seguintes. Confirmou ao Arcebispo de Braga D. Lourenço a Villa da Lourinhã, que lhe dera sendo Regedor.” (p. 705b), sendo indicado como fonte, em nota marginal, o Livro I da Chancelaria, fol. 106; ou ainda a indicação da sua colocação na retaguarda do exército aquando da batalha de Aljubarrota (p. 762b), passagem já referida.

Era o Arcebispo Primaz do conselho do Infante, e hum dos seus ministros do gabinete, e pelo ser, tinha noticia interior da referida communicacão entre o mesmo Infante, e o D. Abbade de Alcobaca [correspondência referida anteriormente, que o autor afirma ter visto no Arquivo dos Monges, e que mostra proximidade entre o Abade e o Mestre de Avis], confiado na qual veyo agora buscar o Mosteiro, esperando achar nelle a devida hospedagem à sua pessoa, e dignidade Primacial, e Apostolica, porque era juntamente Nuncio, e Colleitor geral neste Reino do Pontifice Urbano VI. porèm deste mesmo predicado ultimo nasceu o motivo de ser mal visto, e peor recebido do D. Abbade. Proviase já em Roma em Consistorio a Real Abbadia de Alcobaca, e não por eleicão dos Monges, como fora no seu principio, e mandaõ as leis da Ordem [...] que o Pontifice entrou a nomear, foy o segundo o presente D. Fr. Joaõ de Ornellas: por esta razaõ o Arcebispo Colleitor vinha com animo de pedir ao mesmo de Ornellas os frutos da vacante, a meya annata do seu provimento, e o espolio do Abbade defunto seu antecessor; porèm o de Ornellas entendeu que nada devia pagar, e ao que se mostra pela cautela, e prevenções juridicas, de que usou, temeu, que lhe fizesse o Arcebispo alguma violencia, porque antes de elle chegar, retirouse do Mosteiro, e foye meter dentro no seu Castello, prevenido de Notarios Apostolicos, e de Appellações *ante omnia* contra quaesquer censuras, ou processos, que intentasse o Arcebispo contra elle. Chegou o Arcebispo huma quinta feira nove de Fevereiro a horas de Sol posto, mas achou fechadas as portas do Mosteiro, e porque não havia ainda a Villa, nem a povoação de fóra, que vemos hoje, passou aquella noite sem cama, nem cea, nem quem lha dêsse. Na mesma noite, e no dia seguinte requereu muitas vezes ao D. Abbade, que se vissem ambos, porèm o D. Abbade, temendo que o faria citar na pessoa, negouse: ultimamente havendo de seguir o seu caminho o Arcebispo, deixou fixada na portaria do Mosteiro huma carta citatoria contra o Abbade chamando-o a seu juiso, e arguindo-o de Scismatico, e parcial delRey de Castella, mas foraõ palavras as suas notoriamente de homem apaixonado, porque o D. Abbade nem era scismatico, nem os houve neste Reino nem vestia taõ pouco a libré Castelhana, e como já no lugar citado escrevi, esta pesada contenda de ambos, aqui baste dizer que seguiraõ em Roma os Monges a sua Appellação, e tiveraõ sentença a favor do seu Mosteiro, pela qual hoje he izento de pagar quindennios. O Arcebispo foy ter ao Porto, donde veyo a Coimbra assistir nas Cortes pessoa primeira do primeiro braço dos Ecclesiasticos.²⁵

A seguir relata-se as Cortes de Coimbra, apresentando-se a lista dos participantes onde, na lista dos prelados presentes, além do arcebispo D. Vicente, consta também, em 8º lugar, o “D. Frey João de Ornelas Abbade de Alcobaça Esmoler mór”²⁶. Fica a omissão (e a dúvida) relativamente a eventuais sequelas do confronto durante as cortes...

Em todo o caso, o que estas passagens demonstram com bastante clareza é a maleabilidade com que os episódios históricos podem ser contados. No caso de Frei Manuel dos Santos, um acontecimento que, a fazer fé em Jorge Cardoso, denigraria Alcobaça, como aliada do inimigo, é transformado no mote para a referência a uma isenção importante para o Mosteiro.

Por outro lado, é curioso notar como esta tradição colide com uma suposta carta de D. Lourenço Vicente ao Abade de Alcobaça (eventualmente uma falsificação), que teria sido redigida algum tempo após Aljubarrota e que D. Rodrigo da Cunha transcreve na sua história²⁷. A leitura do início desta carta é suficiente para a colisão ser manifesta:

*Dom Abbade senhor, & amigo, des na oitra somana, que Deos andou comnosco, & vimos a Deos por nõs, & encontra os cismaticos, nom hey mais sabido de vos. [...] & crede vos bõ amigo [...]*²⁸.

Curiosamente, Jorge Cardoso, que conheceu e compulsou a obra de D. Rodrigo da Cunha, tenta conciliar as duas tradições:

E vierão depois estes dous sogeitos a serẽ tam amigos, ã se carteauão, como se vio, dandolhe meuda conta, por carta sua de 26. de Agosto de 1386. do que passára na batalha de Aljubarrota, a qual não referimos, sendo tam notauel, porque já anda impressa.²⁹

26 *Ibidem*, p. 646a.

27 Uma versão desta carta também se encontra na edição impressa da *Crónica de D. João I*, por António Álvares (Lisboa, 1644), sendo igualmente incluída no final da edição da “Biblioteca de Classicos Portuguezes” da II Parte da *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes (Fernão Lopes – *Chronica de El-Rei D. João I*. Lisboa: Escriptorio, 1898, vol. 7, pp. 146-147). Tal como os últimos capítulos da crónica que, como demonstrou Teresa Amado (*Fernão Lopes, contador de História...*, pp. 74-77 – “Um acrescento dos Braganças”), foram objeto de “prolongamentos póstumos” (*ibidem*, p. 168) tudo indica que esta carta também tenha sido uma anexação posterior. Uma pesquisa na base de dados BITAGAP (Texid 10168) revela a existência de vários exemplares manuscritos da carta, se bem que tardios (séc. XVII e posteriores), regra geral incluídos em miscelâneas de cartas famosas e de caráter histórico ou pseudo-histórico. O facto de D. Rodrigo da Cunha se referir a “aquella celebre carta” (*Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga...*, Segunda Parte, p. 203b) e Jorge Cardoso mencionar que “já anda impressa” (*Agiologio Lvsitano...* tomo III, p. 541), referindo-se provavelmente à edição da *Crónica de D. João I*, de 1644, indicia a difusão alargada da mesma e o seu sucesso. Uma análise material dos testemunhos desta carta e de eventuais variantes, trará, por certo, dados mais concretos relativamente a este documento.

28 D. Rodrigo da Cunha – *Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga...*, Segunda Parte, p. 204a.

29 Jorge Cardoso – *Agiologio Lvsitano...* tomo III, p. 541.

Ou seja, as várias fontes entrelaçam-se, cada uma dando o seu ponto de vista e as explicações que considera mais plausíveis...

Por outro lado, o relato do embate entre o arcebispo e o abade de Alcobaça chama ainda a atenção para uma questão importante: a necessidade que D. Lourenço Vicente poderá ter tido de se impor no território como dignidade eclesiástica máxima.

Num período conturbado de guerra civil e de cisma, esse reconhecimento provavelmente nem sempre foi fácil porque, na verdade, D. Vicente terá sido, durante alguns anos, um arcebispo “sem terra”. Com efeito, Braga foi uma das cidades que mais tenazmente apoiou os castelhanos.

Já no tempo de D. Fernando, a nomeação de D. Lourenço Vicente como arcebispo de Braga terá sido controversa. O seu antecessor foi Martinho de Zamora, eleito, mas não confirmado pelo papa Gregório IX, que optou por sagrar D. Lourenço Vicente. Martinho manteve-se como bispo de Lisboa, tendo sido morto pela população de Lisboa na sequência da sublevação ocorrida aquando da morte do Conde de Andeiro. Fernão Lopes descreve com bastante crueza a investida da população de Lisboa contra este bispo, considerado aliado dos castelhanos, e que foi atirado do alto da torre da sé. Por seu lado, D. Lourenço Vicente terá enfrentado bastante oposição em Braga, o que se pode deduzir do relato de uma intriga que teria sido urdida contra o arcebispo junto do papa Gregório IX e do rei D. Fernando, contada com algum detalhe por D. Rodrigo da Cunha³⁰, que relata as acusações mútuas, bem como os detalhes do inquérito, até ao encerramento do processo com a ilibação do arcebispo, já pelo papa Urbano VI.

Mais tarde, e tal como Fernão Lopes refere, depois das cortes de Coimbra e antes de Aljubarrota, ainda existiu um bastião castelhano no norte, que incluía a sede apostólica de D. Vicente, Braga. Especialmente o bispo da Guarda, D. Afonso Correia (bispo entre 1367-1384) terá sido um forte apoiante dos castelhanos, referido como tal na *Crónica de Juan I*, de Pero López de Ayala³¹. Assim, no norte, vemos castelhanos e nobres portugueses “desnaturados” (como lhes chama Fernão Lopes) que, juntamente com o arcebispo de Santiago e com D. João Manrique, saqueiam aquela parte do reino³². Vemos ainda o arcebispo de Santiago reunir o seu conselho em Braga, onde debatem se irão cercar o

30 D. Rodrigo da Cunha – *Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga...*, Segunda Parte, pp. 195-200.

31 Em Pedro Lopez de Ayala – *Cronicas de los Reyes de Castilla*. Com las enmiendas del secretario Gerónimo Zurita y las correcciones y notas añadidas por Don Eugenio de Llaguno Amirolo. Madrid: imprenta de Don Antonio de Sancha, 1780 (Tomo II – *Crónicas de Don Enrique II, D. Juan y D. Enrique III*), o Bispo da Guarda surge no ano quinto (cap. X), como chanceler da Rainha D. Beatriz e a oferecer a cidade da Guarda ao rei de Castela (p. 179) e no ano sexto (cap. I) a acolher o rei D. Juan I (p. 186).

32 Lopes, *Cr. D. João I*, I Parte, cap. CXVII, p. 214.

Porto, o que acabam por decidir fazer³³. Finalmente, vemos a resistência dos do Porto-contra os “galegos” e o seu arcebispo que acabam por ser afastados³⁴.

A resposta a esta ofensiva dá-nos a conhecer ainda uma última faceta do arcebispo, a de estrategista, uma vez que é ele quem sugere a D. João I o modo como poderá tomar as cidades que, no norte, se mantinham fiéis aos castelhanos, Guimarães e Braga, e põe o rei em contacto com quem o poderá ajudar³⁵:

Hora assy he que na villa [Guimarães] auya huum boom escudeiro que chamauom Afomso Louremço Carualho, que era o melhor e mais homrado do logar, e tinha huum seu tio que amdaua com el-Rey que auya nome Joham Rodriguez Carualho, e outros seus diuedos amdauom com o arçebispo de Bragaa dom Lourenço. E porque el era o mayor dos moradores da villa e tragia estes diuedos com el-Rey, receaua-sse del muyto Airas Gomez [senhor de Guimarães e partidário dos castelhanos] e poi-nha em el gram sospeita; (Lopes, *Cr. D. João I*, II Parte, cap. X, p. 20).

Auya hij outro escudeiro que chamauom Pay Rodriguez, seu cunhado deste Afomso Louremço, e muyto seu amigo; e pero fosse homeem descudeiros e de booa fazemda, nom se receaua delle tanto Ayras Gomez. Em esto fallando el-Rey huum dia com o arçebispo dom Lourenço como se poderia auer Guimaaraes de salto e nom per trabalho de cerco, respomdeo o arcebispo e disse: *Jssso, Senhor, temdes vos mais prestes e melhor aazado do que uos poderiees cuidar*. Emtom lhe comtou o desuairo que amtre Afomso Louremço e Airas Gomez auia, dizemdo que scpreue(sse) a Afomso Louremço e a sseu cunhado suas cartas quaaes compria, e que elles emcaminhariam como ouuesse o logar a mão. (Lopes, *Cr. D. João I*, II Parte, cap X, p. 20-21).

Assim, graças à “indústria do Arcebispo”, nas palavras de D. Rodrigo da Cunha³⁶, as cartas são enviadas e recebidas, sendo marcado um encontro secreto em que o rei finge que vai à caça e encontra-se com Afonso Lourenço. Este volta e conversa com o cunhado, Paio Rodrigues, sobre como podiam dar a vila a D. João I. Afonso Lourenço volta a falar com o rei em segredo e combinam como fazer. No dia marcado, o rei vai

33 Lopes, *Cr. D. João I*, I Parte, cap. CXVIII, pp. 215-216.

34 Lopes, *Cr. D. João I*, I Parte, cap. CXIX-CXXI.

35 O episódio encontra-se na II Parte da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, cap. X – “Como elRey horde-nou de tomar Guimaraaes” (pp. 19-21) e cap. XI – “Como elRey cobrou a vijlla de Guymaraães” (pp. 21-23).

36 D. Rodrigo da Cunha – *Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga...*, Segunda Parte, p. 205b.

com alguns cavaleiros, às escondidas, com cavalos que relinchem pouco. Afonso Lourenço consegue fazer abrir uma porta pequena da cidade e neutraliza o porteiro. À alvorada, fazem sinal ao rei D. João, que entra pela cidade, quando a maior parte dos castelhanos ainda dorme; verificam-se alguns combates, mas a cidade é logo tomada e D. João I é recebido por senhor em Guimarães³⁷. Segue-se a tomada de Braga, que se entrega ao condestável, e depois Ponte de Lima, conquistada por D. João I com a mesma estratégia com que conquistara Guimarães, ou seja, com a ajuda de um habitante que lhe abre as portas da cidade, de madrugada, quando os de dentro ainda dormem³⁸.

Vemos assim como, logo a partir das crónicas de Fernão Lopes, é possível estabelecer um retrato bastante nítido de D. Lourenço Vicente, como uma pessoa com uma personalidade vincada e multifacetada. Nos textos subsequentes, o arcebispo de Braga é visto sob perspetivas diferentes, mas igualmente interessantes e estimulantes, especialmente na obra produzida e, eventualmente, adaptada por D. Rodrigo da Cunha, que levanta questões muito interessantes, merecedoras de um estudo aprofundado. Assim, a título de exemplo, note-se que D. Rodrigo da Cunha na sua *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga* dá como fontes, sobretudo, Fernão Lopes e Duarte Nunes de Leão, que também se terá baseado em Fernão Lopes. No entanto, a *Crónica de D. João I*, de Duarte Nunes de Leão (1530-1608) é publicada postumamente (em 1643), precisamente por ordem de D. Rodrigo da Cunha quando, nos seus últimos anos, era arcebispo de Lisboa (1635-1642). Tendo este facto em mente, sente-se a falta de um estudo comparativo entre estas obras, procurando identificar a existência e a dimensão de possíveis intervenções relacionáveis com D. Rodrigo da Cunha no trabalho de Duarte Nunes de Leão, nomeadamente que opções poderão ter sido tomadas em termos de eventuais arranjos e distribuição de materiais entre a história real e a eclesiástica.

Um segundo exemplo tem igualmente como foco D. Rodrigo da Cunha (1577-1643), que foi um grande opositor da integração de Portugal na Espanha e feroz apoiante da Restauração. Ao contrário de Frei Manuel dos Santos que, para defender Alcobaça, como vimos, não se acanha em lançar sombras sobre D. Lourenço Vicente; já D. Rodrigo da Cunha parece projetar a sua agenda política e ideológica no seu antecessor (antes de ser arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha foi arcebispo de Braga). Assim, depois de o apresentar como uma vítima de calúnias, uma vez ilibado, retrata a sua atuação junto de D. Fernando, primeiro, como o grande influenciador que leva o rei a dar o seu apoio

37 Lopes, *Cr. D. João I*, II Parte, cap. XI.

38 Estas conquistas são contadas na *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, II Parte - cap. XIV: "Como Braaga foy tomada"; cap. XV - "Como sse aazou o começo de Ponte de Lyma seer tomada"; cap. XVI - "Como el-Rey partio de Guimaraaes pera Ponte de Lima"; cap. XVII - "Como el-Rey emtrou na villa e a cobrou" e cap. XVIII - "Como Lopo Gomez foy combatido e emtrado per força e mandado presso ao Porto".

ao papa de Roma³⁹ (afinal fora Urbano VI quem o ilibara das acusações que sobre ele pendiam...) e depois, omitindo a presença ou a influência dos ingleses, mostra o arcebispo como a voz que contraria a possibilidade de casamento entre D. Beatriz e o filho de D. João I de Castela porque “Via o Arcebispo os incônuenientes deste casamento, & como por elle se hia azando entrarem no Reyno Reys estrangeiros, & faltare os natu-raes.”⁴⁰. Finalmente, também o apresenta como sendo um dos principais *lobistas* a favor da eleição do Mestre de Avis nas cortes de Coimbra: “Nas Cortes de Coimbra, [...] onde o Reyno deliberaua sobre a justiça dos que o pretendiaõ, logo depoes do Condestable D. Nuno Aluers Pereira, elle foi o que maes apertou cõ os tres estados tomassem por Rey ao Mestre de Auís D. Ioaõ”⁴¹.

Estes exemplos apontam claramente para a necessidade da prossecução dos estudos sobre a figura de D. Lourenço Vicente, nomeadamente de uma investigação diacrónica aprofundada sobre o modo como diferentes épocas e autores registaram, para memória futura, a imagem do primaz de Braga, tomando boa conta das oscilações e pontos de vista que, independentemente de manterem o núcleo duro estabelecido por Fernão Lopes, não deixam de ser sensíveis, quer a interesses próprios, mais específicos, quer a questões mais latas, impostas pelas épocas em que cada crónica foi composta.

39 D. Rodrigo da Cunha – *Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga...*, Segunda Parte, pp. 200-201.

40 *Ibidem*, p. 201b.

41 *Ibidem*, p. 202b.